



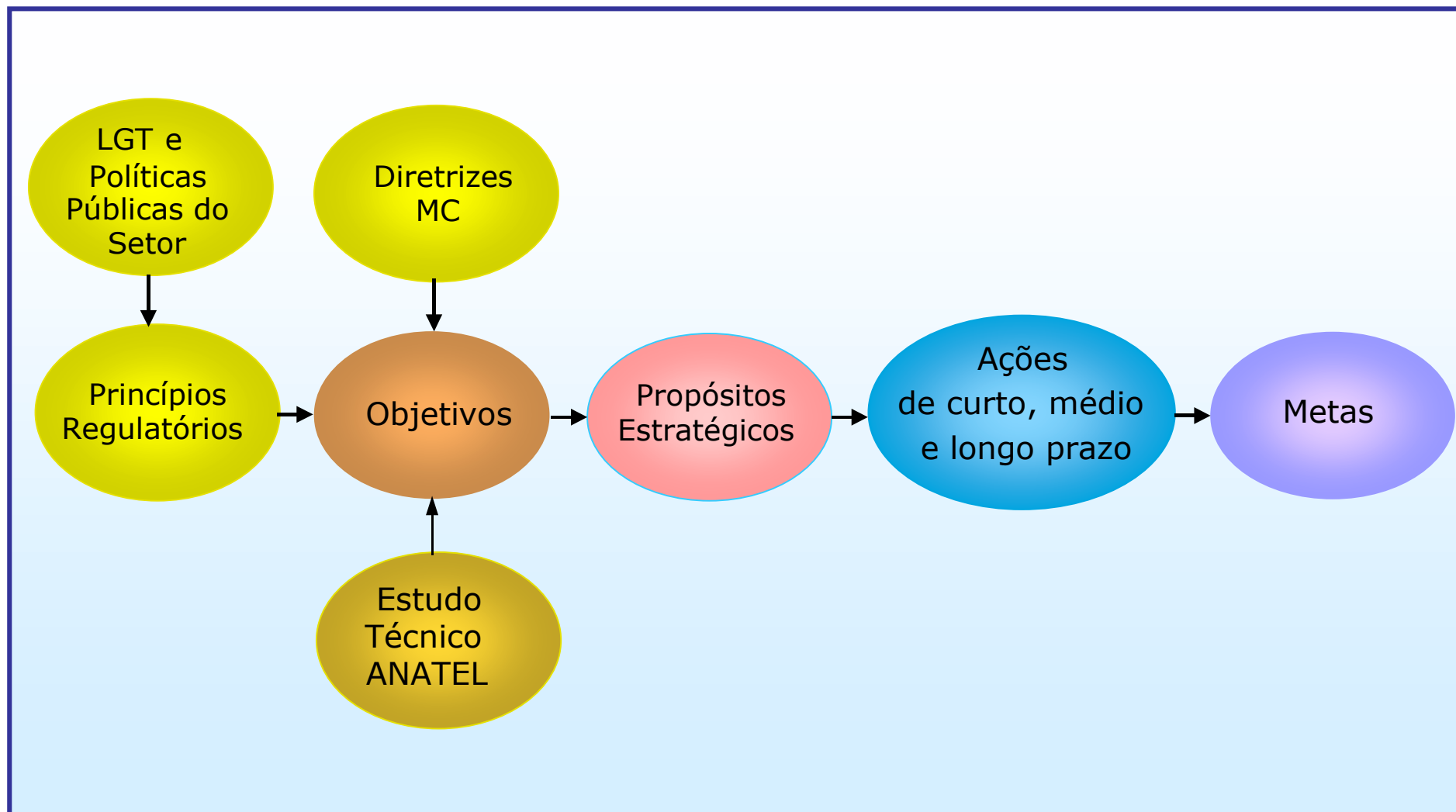
PGR - Plano Geral para atualização da Regulamentação no Brasil

Brasília, 17 de junho de 2008

● Modelo utilizado para elaboração do Plano

- Cenário preferencial
- Princípios Regulatórios
- Objetivos
- Propósitos Estratégicos
- Ações
- Metas

Modelo utilizado para elaboração do Plano



- Modelo utilizado para elaboração do Plano

- Cenário preferencial

- Princípios Regulatórios

- Objetivos

- Propósitos Estratégicos

- Ações

- Metas

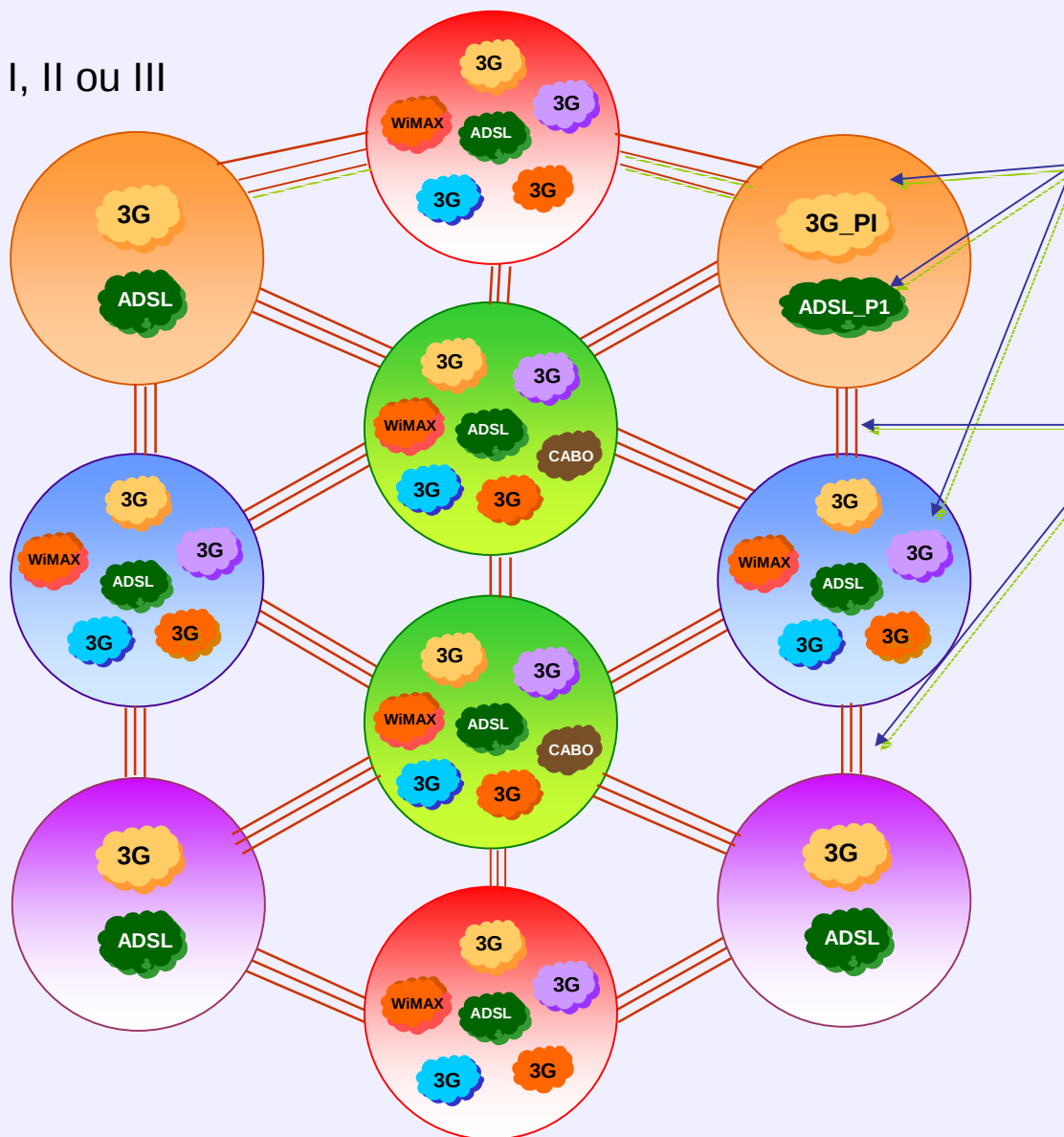
Concorrência entre Grupos Econômicos

Descrição

- Melhoria dos níveis de qualidade percebida pelos usuários na prestação dos serviços
- Eliminação das restrições quanto a transferências, fusões e aquisições, com imposição de limites e obrigações no sentido de promover a **competição e a massificação da banda larga**
- Inclusão do conceito de Grupo Econômico para caracterização do Poder de Mercado Significativo e, conseqüentemente, promoção da concorrência tanto na Infra-estrutura quanto nos Serviços em todas as Regiões
- Prestação de quaisquer Serviços suportados pela Banda Larga em todas as Regiões
- Redes utilizadas para cursar qualquer tipo de sinal e protocolos de comunicação
- Regulação com enfoque nos Grupos Econômicos com Poder de Mercado Significativo
- Múltiplos prestadores de serviço de banda larga no acesso
- O *backhaul* de suporte para massificação da banda larga será provido tanto em regime público quanto em regime privado
- Modelo estruturado de maneira a garantir a competição entre pelos menos três grandes Grupos Econômicos atuando concomitantemente em todo o país tanto na Infra-estrutura quanto nos Serviços
- Espaço para o surgimento e manutenção de pequenos e médios prestadores em mercados de nicho com grande competição

Cenário preferencial

Região I, II ou III



Redes de Acessos Locais Banda Larga
(Pequenas, Médias e Grandes Operadoras)

Redes de Backbone/Backhaul
(Médias e Grandes Operadoras)

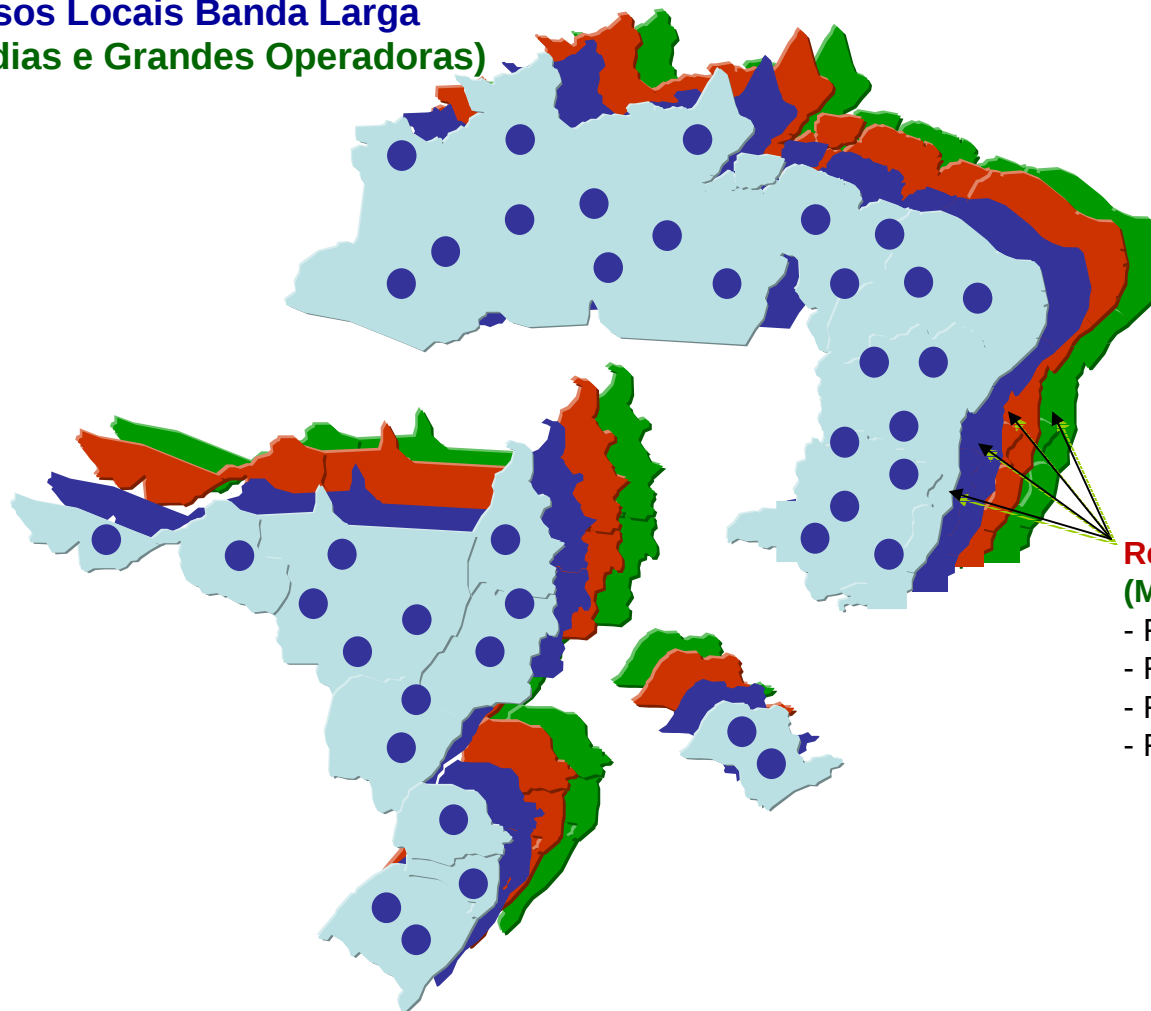
- Redes STFC (EILD)
- Redes 3G
- Redes Satélite
- Redes SCM

Exemplo Backhaul STFC:

	População	Backhaul
Municípios	Acima de 60 mil hab	Mínimo 64Mbps
	Entre 40 e 60 mil hab	Mínimo 32Mbps
	Entre 30 e 40 mil hab	Mínimo 16Mbps
	Entre 20 e 30 mil hab	Mínimo 16Mbps
	Até 20 mil hab	Mínimo 8Mbps

Cenário preferencial

- **Redes de Acessos Locais Banda Larga**
(Pequenas, Médias e Grandes Operadoras)



- Redes de Backbone/Backhaul**
(Médias e Grandes Operadoras)

- Redes STFC (EILD)
- Redes 3G
- Redes Satélite
- Redes SCM

- Modelo utilizado para elaboração do Plano

- Cenário preferencial

- Princípios Regulatórios

- Objetivos

- Propósitos Estratégicos

- Ações

- Metas

Princípios Regulatórios

- 1)** Acelerar o desenvolvimento econômico e social;
- 2)** Acelerar a redução das desigualdades regionais;
- 3)** Ampliar a oferta e o uso de serviços e das redes de telecomunicações em todo o território brasileiro;
- 4)** Incentivar modelos de negócios sustentáveis para o setor de telecomunicações;
- 5)** Propiciar competição e garantir a liberdade de escolha dos usuários;
- 6)** Gerar oportunidades de desenvolvimento industrial e tecnológico com criação de empregos no âmbito do setor de telecomunicações;
- 7)** Racionalizar e fortalecer o papel regulador do Estado

- Modelo utilizado para elaboração do Plano
- Cenário preferencial
- Princípios Regulatórios
- Objetivos
- Propósitos Estratégicos
- Ações
- Metas

- 1) Massificação do Acesso em Banda Larga
- 2) Redução de barreiras ao acesso e ao uso dos serviços de telecomunicações por classes de menor renda
- 3) Melhoria dos níveis de qualidade percebida pelos usuários na prestação dos serviços
- 4) Ampliação do uso de redes e serviços de telecomunicações
- 5) Diversificação da oferta de serviços de telecomunicações para atendimento a segmentos específicos do mercado, especialmente com ampliação de ofertas convergentes de serviços
- 6) Criação de ofertas de serviços a preços módicos em áreas rurais
- 7) Assegurar níveis adequados de competição e concorrência na exploração dos serviços
- 8) Expansão dos serviços de TV por Assinatura para distribuição de conteúdos
- 9) Desenvolvimento de tecnologias e indústrias nacionais

- Modelo utilizado para elaboração do Plano
- Cenário preferencial
- Princípios Regulatórios
- Objetivos
- Propósitos Estratégicos
- Ações
- Metas

Propósitos Estratégicos

- 1) Massificar a banda larga por meio do estímulo ao surgimento de vários prestadores de acesso e do estímulo ao uso da infra-estrutura existente
- 2) Estímulo à criação de planos específicos com oferta de múltiplas facilidades para toda a população brasileira, em especial a de menor renda
- 3) Criação e adequação das iniciativas para atendimento da população menos favorecida e residente em áreas rurais
- 4) Fortalecimento da relação usuário-prestadora com maior transparência na oferta e prestação de serviços e conscientização e exercício do poder de escolha por parte do usuário
- 5) Criação de ambiente favorável ao surgimento e fortalecimento de novos prestadores de pequeno e médio porte em nichos específicos de mercado
- 6) Fortalecimento da atuação nacional e internacional de Grupos com ampliação da oferta de Banda Larga, com economia de escopo e escala

Propósitos Estratégicos

- 7) Fortalecimento do equilíbrio entre os Grupos para ampliação da competição em todas as regiões
- 8) Adoção de critérios e limites para atuação das concessionárias no sentido de garantir a competição entre Grupos em todo o território nacional
- 9) Estabelecimento de modelo de competição com condições favoráveis ao uso das redes compartilhadas e multiplicidade no acesso
- 10) Estímulo à competição pela adoção de assimetrias regulatórias entre Grupos com e sem Poder de Mercado Significativo - PMS em áreas geográficas específicas
- 11) Manutenção do equilíbrio entre direitos e obrigações para as prestadoras

Propósitos Estratégicos

- 12) Manutenção da exigência de empresa nacional para prestação de serviço de telecomunicação. (Decreto n.º 2.617)
- 13) Simplificação da Regulamentação com vistas à convergência
- 14) Estímulo à ocupação das redes e à comunicação inter-redes
- 15) Fortalecimento da atuação do órgão regulador

- Modelo utilizado para elaboração do Plano
- Cenário preferencial
- Princípios Regulatórios
- Objetivos
- Propósitos Estratégicos
- Ações
- Metas

V.1. Promoção de parcerias com os órgãos oficiais de proteção e defesa do consumidor, tais como Ministério Público, Ministério da Justiça, PROCONs, e entidades representativas da sociedade organizada.

V.2. Regulamentação de Qualidade dos Serviços.

- Realização de Estudos que visem a adoção de princípios de qualidade percebida pelos usuários nos serviços de telecomunicações.
- Realização de estudos que visem a melhoria do procedimento de atendimento às reclamações dos Usuários.
- Aprimoramento dos procedimentos de fiscalização com o foco no usuário.

V.3. Atualização do Plano Geral de Outorgas – PGO, com foco nos Grupos que possuam controle de Concessionária Local do STFC.

- As ações relativas a atualização do Plano Geral de Outorgas – PGO são parte integrante deste Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações e constituem a primeira medida de curto prazo a ser conduzida pela Anatel.
- O detalhamento desta ação está descrito na consulta pública referente à proposta de revisão do PGO. As contribuições relativas a essa proposta devem ser encaminhadas diretamente à consulta pública específica da revisão do PGO.

V.4. Revisão dos Contratos de Concessão.

- Revisão do PGMU para fixação de novas metas para ampliação das redes do STFC de suporte a Banda Larga.
- Avaliação das condições de prestação de serviços de televisão por assinatura por grupo que possua controle de concessionária local na área de prestação da concessão em conformidade com a legislação vigente.
- Incorporação de prestações, utilidades e comodidades de grande interesse coletivo aos planos básicos (Ex: siga-me, chamada em espera, identificador de chamadas, etc).
- Atendimento de áreas rurais - Fora da área de Tarifação Básica – ATB.
- Revisão do AICE para melhoria da atratividade da oferta e implantação de outros Planos de Serviço da modalidade local.

V.5. Regulamentação do STFC

- Avaliação da adequação da regulamentação do STFC ao novo cenário convergente das telecomunicações.

V.6. Elaboração do Plano Geral de Metas de Competição – PGMC

- Estabelecer medidas que assegurem níveis adequados de competição, avaliando, entre elas, a separação funcional entre redes e serviços, mediante a atribuição de obrigação para que determinada empresa com poder de mercado significativo comercialize separadamente serviços de conteúdos (voz, vídeo e dados) e serviços de facilidades (infra-estrutura e rede).

V.7. Regulamentação do Plano Geral de Autorizações do SMP

- Revisão da Regulamentação para adequá-la ao novo cenário das telecomunicações em harmonia com o conceito de Grupo proposto para PGO.

V.8. Disponibilização de radiofrequências para a massificação de acessos em Banda Larga

- Destinação de faixas de radiofrequência para possibilitar a oferta de Banda Larga por meio dos mais diversos serviços, inclusive para prestadores que utilizem equipamentos de radiação restrita, que independem de outorga de autorização de uso de radiofrequências.
- Oferta de faixas de radiofrequências capazes de suportar multiacessos em Banda Larga fixa e móvel.

V.9. Regulamentação dos Serviços para ampliação da oferta e da competição.

- STFC (revenda).
- SMP (Regulamento para Operação Virtual no SMP).
- SCM (revenda).
- Provisão de capacidade satelital (revenda).

V.10. Regulamentação de Desagregação de Elementos de Redes de Telecomunicações(Unbundling), permitindo, dentre outros, desagregação total (Full Unbundling), compartilhada (Line Sharing e Bit Stream) e de plataforma.

- Adoção de modelo de precificação de uso de rede.
- Implementação de modelo de acompanhamento permanente das ofertas de rede inclusive com a identificação de entidade específica para o tratamento da desagregação de redes e EILD.

V.11. Implementação otimizada do modelo de custos, incluindo banda larga.

V.12. Regulamentação de uso de Radiofrequências.

- Compartilhamento entre serviços.
- Compartilhamento entre prestadoras em cidades de até 30.000 (trinta mil) habitantes
- Uso eficiente do espectro.
- Destinação em caráter secundário de radiofrequências utilizadas por outros serviços em pequenas e médias localidades.
- Definição de procedimentos de arbitragem para tratamento de interferências.

V.13. Planejamento de Outorgas para os serviços de TV por assinatura

- Revisão do planejamento do serviço de televisão por assinatura para viabilizar o atendimento da demanda reprimida por novas outorgas.

V.14. Regulamentação do Serviço Móvel Global por Satélite – SMGS

- Atualização do Regulamento do SMGS.
- Elaboração do Regulamento de Numeração do SMGS.

V.15. Regulamentação de Poder de Mercado Significativo (PMS)

- Definir mercados relevantes e critérios para identificação de Poder de Mercado Significativo (PMS).

VI.1. Adequação das obrigações para os serviços de telecomunicações no sentido de possibilitar a oferta de planos específicos de banda larga, inclusive para população de baixa renda.

VI.2. Regulamentação do SMP.

- Revisão da regulamentação de áreas de registro do SMP.

VI.3. Utilização de meios das redes móveis e satelitais para aumento da cobertura das redes de acesso, inclusive banda larga, em áreas rurais.

VI.4. Regulamentação do SCM.

- Elaboração do Regulamento de Remuneração de Redes.
- Elaboração do Regulamento de Numeração.
- Elaboração do Plano Geral de Metas de Qualidade para detentor de PMS.
- Avaliação do SCM para possível incorporação de outros Serviços.

VI.5. Regulamentação do uso de radiofrequência

- Mobilidade Restrita

VI.6. Modelo de remuneração de redes

- Revisão dos Regulamentos de Remuneração de Redes de todos os serviços, com o objetivo de estimular a competição e ampliar o tráfego inter-redes.
- Ampliação da utilização de modelos de remuneração de redes como base para a criação de assimetrias regulatórias entre Grupos com ou sem PMS.

VI.7. Regulamentação de serviços prestados no regime privado de interesse restrito.

- Elaboração da Regulamentação do Serviço de Comunicações de Interesse Restrito – SCR.

VI.8. Regulamentação da Neutralidade de redes.

- Avaliar as condições a serem estabelecidas aos Grupos com poder de mercado significativo sobre as redes de telecomunicações, com objetivo de assegurar tratamento isonômico e não discriminatório ao tráfego cursado em suas redes.

VI.9. Regulamentação para Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de Tecnologia Nacional em Telecomunicações.

- Avaliação de fixação de obrigação de investimento em P&D no Brasil para os Grupos com poder de mercado significativo.
- Estímulo à implantação de instituição científica e tecnológica pelas autorizadas da Anatel ou associação a instituições nacionais existentes.
- Fomento a programas e projetos de ciência e tecnologia no setor de telecomunicações voltados às aplicações de baixo custo.
- Desenvolvimento de novos processos de certificação de produtos que permitam a inovação e desenvolvimento tecnológico através das políticas de fomento.

VI.10. Revisão dos procedimentos administrativos e organizacionais da Anatel, no sentido de torná-los aderentes ao novo cenário convergente das telecomunicações.

- Reestruturação da Anatel.
- Aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e participação da Anatel no cenário internacional.
- Articulação junto a outras entidades responsáveis no sentido de valorizar as carreiras do órgão regulador para garantir remuneração condizente com as carreiras de Estado e capacitação em níveis adequados.
- Convênios com entidades para disponibilização de informações nacionais e internacionais relevantes para o setor.

VI.11. Avaliação da prestação de serviços nas modalidades LDN/LDI no ambiente convergente

- Avaliação do regime de acompanhamento tarifário

VI.12. Regulamentação do STFC

- Avaliação dos critérios e limites aplicáveis às áreas locais do STFC.

VII.1. Regulamentação de Modelo convergente de outorgas para exploração de serviços e redes de telecomunicações.

- Avaliar a adoção de medidas que permitam a migração gradual das formas tradicionais de outorgas baseados em serviços e tecnologias específicas, para modelos abrangentes e flexíveis, aderentes ao moderno cenário de convergência.
- Avaliar a ampliação do modelo de portabilidade quando da convergência de serviços.
- Realizar estudos sobre a convergência dos serviços móveis (SMP, SME, SMGS)

VII.2. Revisão da Regulamentação de Televisão por Assinatura

VII.3. Revisão da Regulamentação do FUST, quanto aos aspectos de operacionalização e de arrecadação

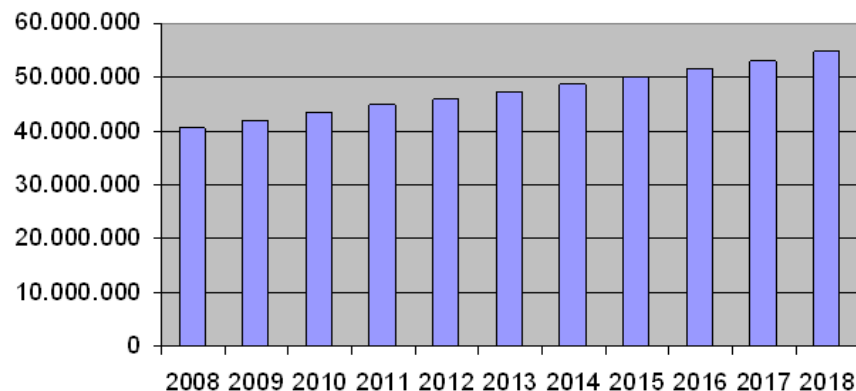
VII.4. Realização de estudos sobre a Separação Estrutural entre infra-estrutura e Serviços de Telecomunicações.

- Modelo utilizado para elaboração do Plano
- Cenário preferencial
- Princípios Regulatórios
- Objetivos
- Propósitos Estratégicos
- Ações
- Metas

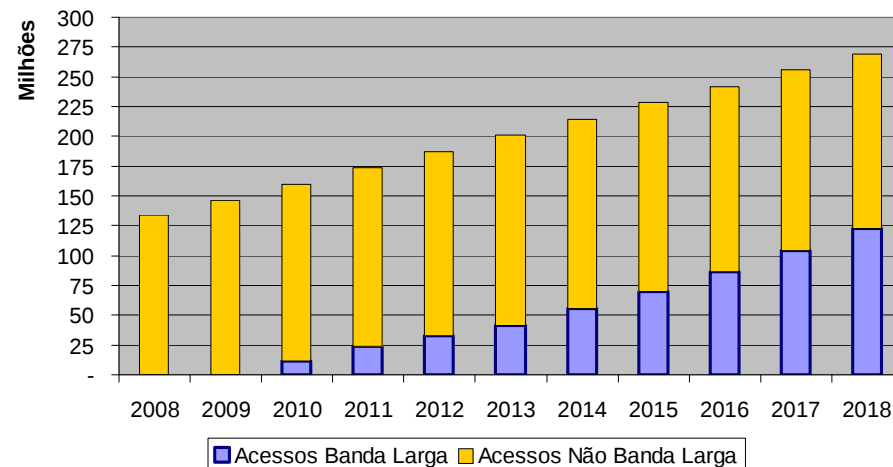
Metas - Projeções de acessos

Serviço Telefônico Fixo Comutado

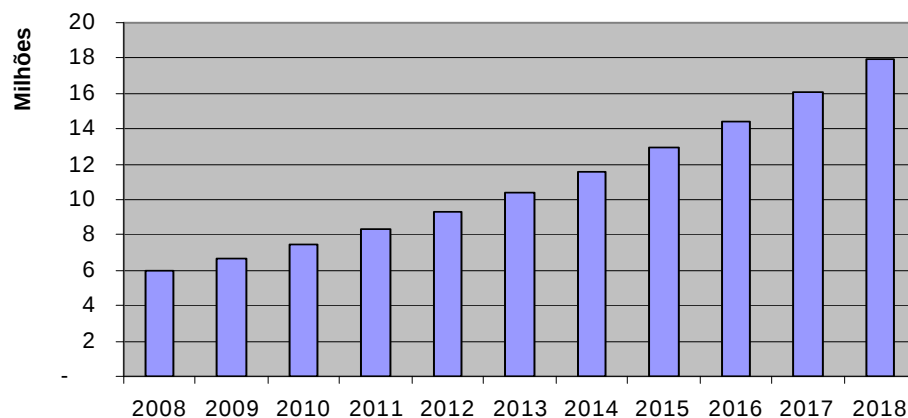
Projeção de acessos STFC



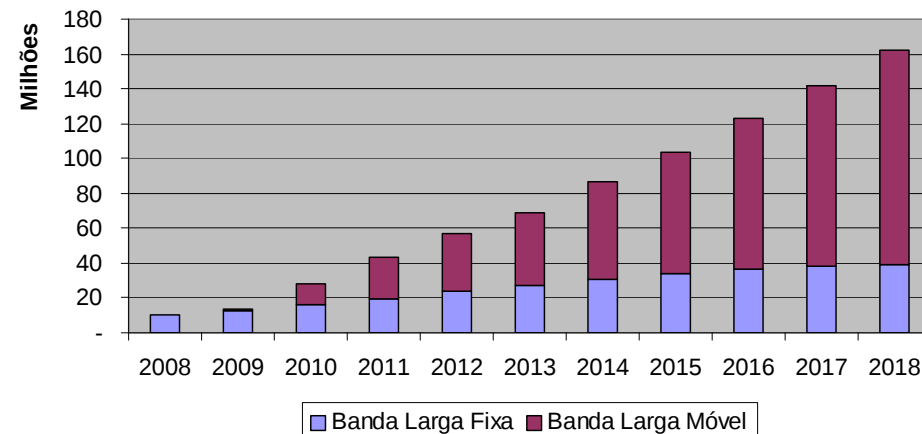
Serviço Móvel Pessoal



TV por Assinatura

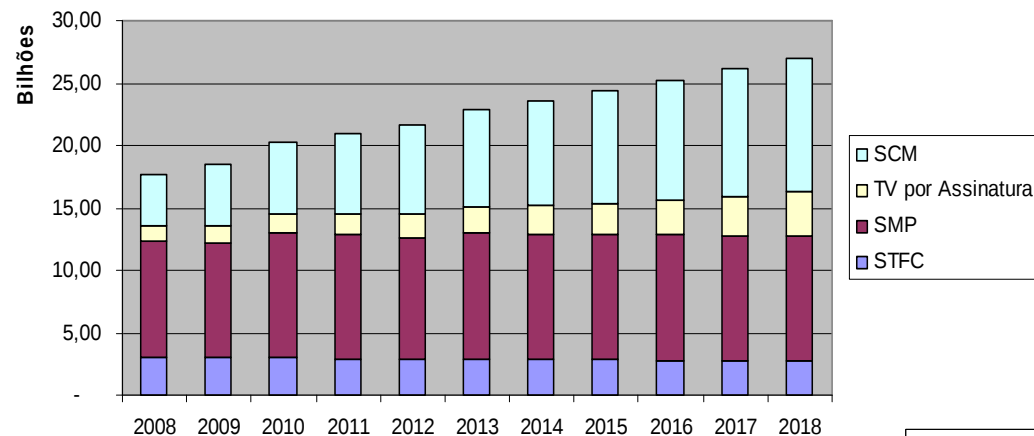


Banda Larga



Metas - Projeções de investimentos

Projeção de Investimentos dos principais serviços (2008-2018)



Projeção de Investimentos dos Principais Serviços - Acumulado

